



DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UM BREVE MAPEAMENTO DA LUTA NEGRA

Nelson Fernando Inocencio da Silva¹

Universidade de Brasília, Instituto de Artes, Departamento de Artes Visuais, Distrito Federal, DF, Brasil.

Resumo: O presente artigo busca fazer uma breve memória dos acontecimentos que resultaram na adoção de cotas raciais pela Universidade de Brasília. Trata-se de uma interpretação acerca de episódios que antecederam e que sucederam a implementação dessa política específica, tentando estabelecer correlações entre os fatos. O texto destaca também questões recentes, as quais evidenciam que, mesmo com o reconhecimento da Suprema Corte, as cotas raciais permaneceram constantemente ameaçadas.

Palavras-chaves: ativismo negro; cotas; universidades

DIVERSITY AT THE UNIVERSITY OF BRASÍLIA: A BRIEF MAPPING OF THE BLACK STRUGGLE

Abstract: This article seeks to briefly recall events that resulted in the adoption of racial quotas by the University of Brasilia. It is an interpretation of episodes that preceded and followed the implementation of this specific policy, trying to establish correlations among the facts. The text also highlights recent issues, which show that, even with recognition of the Supreme Court, racial quotas remained often threatened.

Keywords: black activism; quotas; universities

DIVERSIDAD EN LA UNIVERSIDAD DE BRASÍLIA: UM BREVE MAPEO DE LA LUCHA NEGRA

Resumen: Este artículo busca recordar brevemente los hechos que resultaron en la adopción de cuotas raciales por la Universidad de Brasilia. Es una interpretación de episodios que precedieron y siguieron a la implementación de esta política específica, tratando de establecer correlaciones entre los hechos. El texto también destaca cuestiones recientes, que muestran que, incluso con el reconocimiento de la Corte Suprema, las cuotas raciales permanecieron constantemente amenazadas.

¹ Nelson Fernando Inocencio da Silva é Professor Adjunto do Departamento de Artes Visuais, vinculado ao Instituto de Artes da Universidade de Brasília. Atua como membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, pertencente ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, também da UnB. Publicou vários artigos e dois livros abordando questões alusivas à cultura e representação visual da população negra. Na condição de ativista produziu várias imagens para o movimento negro. E-mail: olokof@gmail.com



Palabras – clave: activismo negro; cuotas; universidades

LA DIVERSITÉ À L'UNIVERSITÉ DE BRASÍLIA: UNE BRÈVE CARTOGRAPHIE DE LA LUTTE NOIR

Résumé: Cet article cherche à rappeler brièvement les événements qui ont abouti à l'adoption de quotas raciaux par l'Université de Brasília. C'est une interprétation des épisodes qui ont précédé et suivi la mise en œuvre de cette politique spécifique, en essayant d'établir des corrélations entre les faits. Le texte met également en lumière des problèmes récents, qui montrent que, même avec la reconnaissance de la Cour Suprême, les quotas raciaux sont restés constamment menacés.

Mots-clés: activisme noir; quotas; universités

INTRODUÇÃO

Fazer uma reflexão acerca da implementação da política de cotas raciais na Universidade de Brasília - UnB requer uma digressão histórica, relacionando eventos relevantes que antecederam e que sucederam a adoção do critério racial nos vestibulares organizados pela instituição. Esses acontecimentos colaboram para interpretação em torno dos debates internos, das mobilizações e articulações visando a equidade entre brancos e negros, no que tange o acesso e a permanência no ensino superior.

Resolvemos assumir como ponto de partida um episódio estarrecedor ocorrido nas dependências do Departamento de Artes Visuais - VIS, em junho de 1987, quando na época era conhecido como Departamento de Desenho - DES. Certa manhã daquele mês as paredes do prédio SG-1, onde funcionavam os cursos de artes plásticas, amanheceram com pichações cujos dizeres eram: “**Morte aos negros!**” e “**Viva o apartheid! Negros mortos!**”. As manifestações de racismo fomentadas pelo ódio injustificado, por meio de frases apócrifas, causaram um mal-estar generalizado. O incômodo provocado por aquele gesto violento teve relativa repercussão na comunidade universitária. Aquém do que poderia ter sido. Uma pessoa anônima chegou a fazer intervenção criativa em uma das pichações, alterando o sentido da frase. Onde constava: “**Morte aos negros!**”, passava-se a ler: “**AMorte aos negros!**”.

A indignação causada pelas pichações mobilizou o ativismo negro que imediatamente resolveu dar uma resposta. Em um ato de coragem a Profa. Maria de Lourdes Theodoro, docente do referido departamento, chamou para si a responsabilidade, organizando um debate no auditório do prédio onde tudo ocorreu. O evento contou como



o apoio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB – Neab/ CEAM/ UnB. Registre-se também a participação da Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores - PT. Posteriormente aquele coletivo negro publicou em seu jornal alternativo intitulado *Raça e Classe* matéria assinada por Edson Lopes Cardoso com fotos de Beth Munhoz, Mila Petrillo e Otávio Teodoro Chaves, alusiva ao fato. A estratégia de chamar a atenção da comunidade universitária, bem como da sociedade, naquele momento, não poderia ter sido mais acertada.

Figura 1 e Figura 2: Departamento de Desenho/ UnB



Fonte: Foto 1: Beth Munhoz; Foto 2: Mila Petrillo

Pressionada pelo estarecimento causado no ambiente acadêmico, a Reitoria, nas mãos de Cristovam Buarque, procurou sanar o problema pintando as paredes do prédio, cobrindo as pichações. O ato acabou interpretado, por muitos, como uma forma de tentar silenciar o assunto, tanto que o debate público ficou a cargo de ativistas negras e negros. A situação revelava, diante do quadro, uma dificuldade e uma inabilidade institucional no enfrentamento à violência racial.



Curiosamente a gestão que preferiu não dar ênfase ao debate sobre relações raciais no momento oportuno, foi a mesma que viabilizou a criação do CEAM, no ano anterior, em 1986. Tratava-se de uma unidade inaugurada com a perspectiva de abordar temas habitualmente marginalizados nos currículos acadêmicos tradicionais. O centro foi constituído por núcleos temáticos entre os quais o Neab que, por conta e risco, apoiou o ato de repúdio às pichações no prédio SG-1. Embora houvesse entendimento da Reitoria no sentido de garantir a criação de um núcleo dessa natureza, não existia coragem suficiente para que a administração da UnB arcasse com a responsabilidade pela instauração de um grande debate acerca das ações do combate ao racismo, envolvendo toda comunidade universitária. Esta instituição famosa por ter nascido com propósitos inovadores, mantinha-se limitada em relação questão negra. Contradições do processo histórico.

Acabávamos de sair de um regime autoritário, no qual abordar o racismo constituía-se em um gesto tipificado como subversão. No começo do período pós ditadura, em que a redemocratização estava no centro das atenções, nada mais adequado do que trazer à tona temas que foram banidos das pautas da sociedade brasileira. Contudo, mesmo considerando o estabelecimento do estado democrático de direito, ainda estávamos amplamente intoxicados pelo mito da democracia racial.

Determinados acontecimentos, como o mencionado, ascenderam um sinal, evidenciando a fragilidade das gestões públicas no que se refere à capacidade de intervenção nessas situações. A decisão tomada pela Administração da UnB, no caso do Departamento de Desenho, só postergou o problema, que reapareceria em outros momentos, com novas roupagens. Analisando esse fato é possível entender que a atitude pretensamente apaziguadora de não expor uma de nossas mazelas, representou um desserviço ao invés de uma contribuição. Anos mais tarde, em 1993, Cristovam Buarque publicaria um livro intitulado *O que é apartação: o apartheid social brasileiro*. Talvez revendo posicionamentos assumidos na condição de Reitor da UnB.

O empenho do ativismo negro almejava uma inserção maior do debate no âmbito da academia que resultasse no avanço das estratégias antirracismo. Na gestão da Profa. Adalgisa Maria V. do Rosário à frente do Neab destaca-se o curso de extensão intitulado *Educação e Racismo*, em 1992, destinado a professoras e professores da educação básica e a ativistas do Movimento Negro.



Além dessas contribuições, as entidades negras nunca perderam a perspectiva de envolver as instituições de ensino superior na discussão do tema racial. Um outro exemplo dessas determinações foi o seminário intitulado *Pensares Crioulos*, realizado também no início dos anos 90 pelo Movimento Negro Unificado, seção DF, no auditório da Reitoria, campus Darcy Ribeiro. O intuito do MNU era o de dar visibilidade às elaborações de dissertações e teses de distintas áreas do conhecimento que abordassem a temática racial ou que, embora explorassem outros assuntos, fossem produzidas por intelectuais negros e negros. Participaram do evento alunas de alunos de mestrados e doutorados vinculados a determinados programas de pós-graduação da instituição. A ideia do referido seminário também estava associada às reivindicações por espaço para pesquisadoras e pesquisadores negros no ambiente acadêmico.

TENSÕES, PRESSÕES E AVANÇOS

Na transição do século XX para o século XXI, a UnB seria abalada mais uma vez, por uma questão surgida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia. Justamente a unidade acadêmica responsável pela área do conhecimento destinada a investigar as culturas e a riqueza de diversidade existente entre elas, foi o ambiente hostil onde ocorreu mais um ato discriminatório, pasmem! O departamento viu-se envolto em uma nuvem cinzenta quando o professor Klass Woortmann, vinculado ao programa, decidiu reprovar, sem motivos nítidos e plausíveis, um dos raros doutorandos negros. O responsável pela disciplina alegava baixo rendimento acadêmico do discente Arivaldo de Lima Alves. Todavia, na conduta do docente notava-se, ao invés de rigor acadêmico, indícios de racismo e homofobia. Diante das circunstâncias, não restou ao aluno outra alternativa a não ser recorrer da decisão, amparado na legislação e convencido de que se tratava de uma injustiça. Inevitavelmente a tensão que havia se instaurado entre colegas no Colegiado do PPG de Antropologia se espalhou pelo campus universitário. O processo percorreu várias instâncias até chegar ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, um dos conselhos superiores da UnB, que finalmente deu ganho de causa ao doutorando.

Embora traumatizado com a experiência por que passou no Departamento de Antropologia, o discente concluiu o doutorado e posteriormente foi aprovado em concurso público para docente da Universidade Estadual da Bahia – UNEB, onde leciona

no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural daquela instituição. Ele tornou-se responsável por uma produção intelectual significativa. Anos após ter passado por situação vexatória, Arivaldo, agora na condição professor universitário foi convidado a retornar à UnB pelo então doutorando Sales Augusto dos Santos, como membro de sua banca de defesa de tese. Um gesto no sentido de exigir reparação pelos danos causados anteriormente.

A experiência dolorosa serviu como estímulo para que a universidade entendesse a urgência do debate sobre relações raciais no ambiente acadêmico. Pelos anos que se seguiram não seria mais possível esconder, silenciar, tangenciar o assunto. Estudantes também se mobilizaram com o propósito de discutir a sub-representação negra nos departamentos, faculdades e institutos.

Na efervescência do momento emerge o coletivo Enegreser, composto basicamente por alunas e alunos negros da graduação, com perspectivas muito bem definidas e com vigor necessário para exigir compromisso da UnB no que alude à causa negra. Destacavam-se no grupo os atuais Professores Rafael dos Santos Nunes, Murilo Mangabeira, Ana Luiza Flausina, Wilton Shabbazz, além das pesquisadoras Lia Maria Santos, Cristiane Pereira, entre outras pessoas atuantes. O Enegreser, protagonizou, inclusive em parceria com o Neab, ações importantes e logo se tornaria referência para graduandas e graduandos negros que acabavam de chegar à universidade.

Figura 3: Cartaz: Enegreser & Neab/CEAM/ UnB



Fonte: Nelson Inocencio, 2000

O Departamento de Antropologia – DAN/ ICS foi a unidade acadêmica aconteceu uma grande polêmica ocasionada pelo racismo. De lá também surgiu o projeto de cotas



raciais nos vestibulares da instituição. A proposta teve a autoria da Profa. Rita Laura Segatto e do Prof. José Jorge Carvalho, dois docentes que constituíam uma ala divergente no Colegiado do DAN, no tocante à reprovação injustificável do doutorando negro e homossexual.

O projeto foi discutido à exaustão com pares políticos, passando por ajustes aqui e ali, a fim de que adquirisse maior robustez. Houve um tempo expressivo de articulações e negociações até que chegasse o momento de encaminhar a proposta ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para ser votado. Entre 1998 e 2003 a UnB vivenciou situações delicadas, sobretudo, porque boa parte do corpo docente não compreendia o que era o racismo, muito menos o que era o racismo estrutural. Provavelmente, grande parcela também não se mostrava disposta a lidar com o assunto. Algo peculiar à uma sociedade que, em certa medida, continua a pensar de acordo com a casa grande.

Uma série de equívocos, manifestados por docentes, discentes e técnicos-administrativos que se opunham às cotas raciais, apoiavam-se em ilações, interpretações rasas e absurdamente superficiais. Justamente na universidade, onde o conhecimento deveria se sobrepor ao senso comum, brotavam ideias infundadas, que se contrapunham às fontes, aos registros, aos dados.

Nesse intervalo de tempo muitos fatos ocorreram. Voltando ao Neab, sob coordenação da Profa. Glória Moura, vale ressaltar que o núcleo realizou a *Semana da Consciência Negra* que repercutiu com significativa amplitude no *campus*. No ano 2000 foi a vez do *Fórum Brasil: 500 anos de afro-consciência*, marcando um posicionamento crítico diante das comemorações alusivas aos 500 do “Descobrimento” do Brasil, conforme entendimento do Governo Fernando Henrique Cardoso. Entre festejos e protestos o Neab assumiu o posicionamento adequado, bem como a maioria das organizações negras e indígenas, naquele cenário contaminado por imensa alienação política.

Figura 4: Cartaz: Neab/CEAM/ UnB



Fonte:, Nelson Inocencio, 2000

Aquele ano fora emblemático por vários aspectos. Além da mobilização popular em oposição à conduta festiva e alienante do Estado, no que tange a conquista do território brasileiro pelos colonizadores ibéricos, outros episódios se tornaram significativos para o ativismo negro. Mencionamos aqui ações voltadas para a participação no âmbito acadêmico, conforme o interesse deste texto. Seguindo essa direção, vale ressaltar a realização do I Congresso Nacional de Pesquisadores/as Negros/as – COPENE na Universidade Federal de Pernambuco em 2000, ocasião em que foi fundada Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN, tendo o Prof. Henrique Cunha Jr. como seu primeiro presidente. O Neab/ CEAM/ UnB participou desse momento histórico.

Tais acontecimentos não apenas representavam o êxito de uma articulação nacional de intelectuais negras e negros, como também comunicavam publicamente a determinação de mulheres e homens negros vinculados à academia de se recusarem a permanecer como eternos objetos de pesquisa, exigindo reconhecimento enquanto sujeitos da pesquisa. A crítica era dirigida principalmente aqueles ironicamente denominados “negrólogos”. Docentes brancos vinculados aos programas de pós-graduação que se regozijam ao verem pessoas negras na condição de pesquisadas ou, quando muito como seus orientandos. Raramente se enxergavam partilhando com tais indivíduos o mesmo ofício com suas responsabilidades departamentais.

Um dos desdobramentos das ações da ABPN foi a constituição do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – CONNEABs, visando integrar os trabalhos desenvolvidos pelos vários núcleos existentes nas Universidades e Institutos Federais, Universidades Estaduais e Instituições privadas de ensino superior. O consórcio

contribuiu para um mapeamento dos Neabs pelo país e permitiu assim uma compreensão mais real das suas ações nas diferentes universidades.

Figura 5: Marca ABPN



Fonte: Nelson Inocencio. 2006.

A ABPN, o CONNEABs e o COPENE, incluindo suas versões regionais (centro-oeste, sul, sudeste, norte e nordeste) são produtos que evidenciam a forma como o ativismo afro-acadêmico foi capaz de se organizar, estruturando-se de modo a manter a coesão e a conexão nacional. A perspectiva principal traduz-se no eixo político orientado para a superação da sub-representação negra em espaço de prestígio e poder como as universidades, além das disputas no que concerne à decolonialidade dos currículos. Tudo isso passa pelo acesso à pesquisa, à carreira docente e aos cargos proeminentes nas gestões universitárias. Por todas essas razões o I COPENE em 2000 representou um divisor de águas, um marco como contribuição, no intuito de enegrecer as universidades brasileiras.

Logo em seguida, constituiu-se o cenário de preparação para a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de intolerância, a Conferência de Durban. A Fundação Cultural Palmares - FCP/ MinC, gerenciou a formação de parcela expressiva da delegação brasileira que compareceria a Durban. Nesse processo o Neab/ CEAM/ UnB foi um dos contemplados e enviou o então coordenador Prof. Nelson Fernando Inocencio da Silva, na condição de representante. A Conferência de Durban ocorreu sob os auspícios das Nações Unidas. Daquele fórum internacional na África do Sul saíram deliberações fundamentais para a adoção de políticas, visando o enfrentamento do racismo no mundo. Esse acontecimento produziu efeitos no contexto brasileiro, em particular, nas universidades.

O Brasil que foi signatário de várias convenções da ONU, nas quais a maioria dos países membros se comprometiam com o combate à discriminação racial, jamais havia



definido ações domésticas no intuito de atacar o problema. A partir de Durban, graças às pressões do ativismo negro, o Estado Brasileiro, representado pelo Ministro da Justiça José Gregori, foi impelido a assumir publicamente o compromisso tão esperado pela população negra. Os encaminhamentos da Conferência, constantes na Carta de Durban não tardariam a reverberar no Brasil.

Os ecos da 3ª Conferência contra o Racismo logo repercutiram nas ações do Estado, embora FHC adotasse conduta vacilante em relação ao assunto. Ao assumir a Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, após grandes embates nos bastidores da política, aprova a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Anteriormente ele havia promulgado a Lei Federal 10.639/ 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em toda educação básica. Texto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nos artigos 26 A e 79 B que, embora não explicita, requer um comprometimento das instituições de ensino superior, no sentido de qualificar alunas e alunos das licenciaturas para lidarem com tais conteúdos em sala de aula. Nesse fluxo a discussão sobre cotas raciais nos vestibulares seria uma questão de tempo.

No que concerne às instituições de ensino superior é de conhecimento público que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ deu o primeiro passo, acatando uma lei do Estado que obrigava a adoção de cotas raciais nos vestibulares daquela entidade. Ao que parece o processo de implementação de cotas na UERJ não foi antecedido de discussões internas como ocorreu com a UnB, onde o debate envolveu departamentos, faculdades e institutos, além das entidades representativas dos segmentos como Diretório Central dos Estudantes – DCE, Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília - SINTFUB, Associação de Docentes da Universidade de Brasília – ADUnB. A discussão acerca de um projeto para aprovação de cotas raciais nos vestibulares da UnB passou por todas essas instâncias.

O cenário não parecia muito animador, pois apesar de desgastado, moribundo e agonizante, o mito da democracia racial ainda se encontrava vivo entre nós. No calor das tensões, renomados acadêmicos brancos, que pesquisavam, publicavam e orientavam pós-graduandos, no campo das relações raciais, nos programas onde atuavam, resolveram se opor publicamente à adesão do Brasil às políticas de inclusão da população negra no ensino superior. Destacam-se nessa ação inominável os antropólogos Peter Fry , Yvonne Maggie e Lilia Schwarcz, os quais, obviamente, entraram em rota de colisão com a



parcela da intelectualidade negra, mais atenta à questão racial. O manifesto contra as cotas desnuda, entre outras práticas, a conduta dos chamados “negrólogos”, como mencionamos anteriormente. Para o nosso alívio também foi divulgado publicamente um manifesto a favor das cotas, que contou, entre várias assinaturas de ativistas negros e indígenas como Abdias do Nascimento, Daniel Munduruku, Jurema Werneck, Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, com as de proeminentes intelectuais brancos, a exemplo de Augusto Boal e Emir Sader.

Não obstante, Demétrio Magnoli não hesitaria em atacar o ativismo negro brasileiro, ridicularizando-o ao sustentar que ele seria uma representação mimética do ativismo afro-estadunidense. Com essa disposição lança o livro *Uma gota de sangue*, entendendo equivocadamente que o movimento negro se atrelava a referenciais genéticos para propor o estabelecimento de políticas públicas de combate ao racismo. Com essa atitude ele ignorava a contribuição de Oracy Nogueira ao explicar que no Brasil o preconceito racial era de marca e não de origem. Seguindo a corrente conservadora, o diretor geral de jornalismo da Rede Globo, Ali Kamel, lança livro cujo título “*Não somos racistas!*” reflete bem o posicionamento dos formadores de opinião vinculados aos setores mais retrógrados.

Voltando aos desdobramentos do caso Ari, como ficou conhecido o lamentável episódio ocorrido no Departamento de Antropologia da UnB, importa ressaltar que o projeto intitulado *Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília* apresentava uma fundamentação robusta que subsidiaria os conselheiros vinculados ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília. No documento consta um histórico demonstrando como o racismo sistêmico foi capaz de alijar a população negra dos espaços acadêmicos por quase todo o tempo de existência das universidades brasileiras. Conforme os autores do texto:

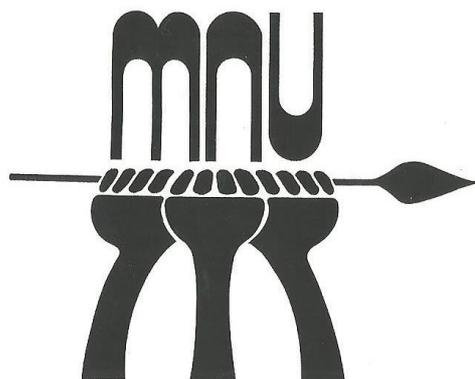
Apesar da universidade pública brasileira ser um dos poucos redutos de exercício do pensamento crítico em nosso país, se a observamos a partir da perspectiva da justiça racial impressiona a indiferença e o desconhecimento do mundo acadêmico a respeito da exclusão racial com que, desde sua origem, convive. Desde a formação das instituições de ensino superior no século dezenove, não houve jamais um projeto, nenhuma discussão sobre a composição da elite que se diplomaria nas Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia e Engenharia existentes naquela época. A atual composição racial da nossa comunidade universitária é um reflexo apto da história do Brasil após a abolição. (CARVALHO, SEGATO, 2002, pg.5)

Apesar da justeza dos argumentos, que chegam a ser contundentes, ao explicitar os modos como o racismo estrutura a sociedade ao longo da formação da nação, o posicionamento contrário ao projeto, muitas das vezes se pautava no desbotado discurso de que a questão central no Brasil era a luta de classes. Segundo esse entendimento, as demandas resultantes das tensões entre classes deveriam se situar acima das demais demandas sociais, como se elas fossem um mero reflexo do problema econômico.

O teor do documento deixava nítido que a categoria raça gozava de relativa autonomia, suficiente para demonstrar que a exclusão no país também tem cor. Refutar isso seria como interpretar os problemas brasileiros de forma mutilada, enxergando apenas aquilo que se quer ver. Embora o referido texto servisse para embasar o debate, havia uma forte tendência que preferiu menospreza-lo, contradizendo dados científicos dentro da própria academia.

Sobre o projeto, cabe ressaltar ainda que, em decorrência de um certo imediatismo na divulgação dos fatos, sobretudo, por parte da grande imprensa, uma parcela expressiva de jornalistas não se atentou para um aspecto importante no processo. A proposição não surgia como uma ideia isolada, mas sim como ressonância das reivindicações de entidades negras, a exemplo do Movimento Negro Unificado-MNU, que desde as últimas décadas do século XX já discutia em seus congressos nacionais e tornava pública a sua posição quanto à necessidade de reparações e ações afirmativas. Portanto, difundir uma leitura isolada acerca do projeto, elaborado por docentes brancos do campo democrático, sem estabelecer uma correlação com a conjuntura política e sem entender que ele, o projeto, é uma reverberação das discussões que já estavam em curso no âmbito do ativismo negro significa desconsiderar a construção histórica das lutas antirracismo no Brasil.

Figura 6: Marca MNU





Segura e lança

Fonte: Nelson Inocencio, 1992

Após acaloradas discussões, nem sempre profícuas, o projeto seguiu para apreciação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE. Enquanto o referido conselho analisava o conteúdo do projeto, as articulações de bastidores se configuraram como um capítulo a parte, pois não havia garantias de que a aprovação pudesse ser dada como certa. Um exercício de muita habilidade e cautela, que exigia também resiliência, diante da significativa margem de atraso do país, no tocante ao debate racial. O ônus representado por esse *gap*, praticamente impôs uma lentidão ao processo, posto que para grande maioria dos membros do CEPE, aquela abordagem representava um novo aprendizado.

O projeto foi submetido à votação em 2003 e quase obteve unanimidade, havendo apenas um voto contrário e uma abstenção. Aquele resultado também foi consequência dos trabalhos de bastidores, além, obviamente, da presença fundamental de colegas do campo democrático naquele colegiado, que compreenderam a urgência do momento. No ano seguinte o sistema de cotas raciais passou a vigorar, mais especificamente a partir do segundo vestibular de 2004.

A princípio a verificação da imagem do candidato baseava-se no, hoje reconhecido, precário recurso da fotografia, muitas das vezes com baixa resolução e sujeita aos truques da tecnologia digital, a exemplos das armadilhas do *fotoshop*. Não tardou para que as equipes envolvidas nestas seleções específicas identificassem no mecanismo das fotos uma cilada. Diante do estardalhaço da grande imprensa, ávida por desqualificar a referida política pública e face à insustentabilidade de qualquer argumento pela manutenção da verificação visual por intermédio de fotografias, a gestão da UnB em 2006 estabeleceu mudanças decidindo pela realização de entrevistas com candidatos, as quais seriam documentadas por registros audiovisuais. O limite foi a questão dos gêmeos que repercutiu muito mal na mídia. Em uma das seleções daquele período dois irmãos gêmeos nascidos de um casamento interracial se inscreveram pelo sistema de cotas. Um foi aprovado o outro não. Apesar da identidade genética entre ambos é sabido que filhos de casamentos interraciais podem apresentar diferenças fenotípicas, ainda que sejam frutos da mesma gestação. O assunto foi capa da Revista Veja e o impacto negativo



colocou em risco a política. Tais circunstâncias exigiram ações imediatas da UnB para evitar a reação contrária da sociedade às cotas raciais.

O Reitor na época era Timothy Martin Mulholland que saiu publicamente em defesa das cotas raciais, participando de debates na grande imprensa que se opunha frontalmente ao referido modelo de acesso. Ele também compareceu a encontros de reitores cujas universidades aderiram àquela política pública e juntamente com pares políticos traçou estratégias para manutenção das cotas.

Internamente, durante sua gestão, Mulholland envidou todos os esforços necessários a fim de garantir a adesão e permanência da política de cotas raciais no âmbito da instituição. Ele endossou a criação do Centro de Convivência Negra - CCN, idealizado e gerido pela Professora e Psicóloga Jacqueline de Jesus, como espaço de acolhimento as/aos estudantes que ingressavam na UnB por via das cotas. Enfrentando uma série de vendavais e lutando para garantir a sua institucionalidade o CCN se mantém até hoje, não estando mais vinculado à reitoria, porém à Diretoria de Diversidade - DIV, na estrutura do Decanato (pró-reitoria) de Assuntos Comunitários – DAC. O então reitor também criou o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial – NPIR, proposto e gerido pela Professora e Museóloga Deborah Silva Santos. Porquanto existiu, o NPIR esteve abrigado no Decanato (pró-reitoria) de Extensão – DEX, e tinha o papel de formular e acompanhar as ações. Algumas demandas do coletivo negro *Enegreser* também foram contempladas a partir do diálogo com a gestão Mulholland, tendo como o resultado mais relevante a criação da disciplina de graduação intitulada *Pensamento Negro Contemporâneo*, em relação a qual houve grande adesão. Antes desse momento coube ao Neab/ CEAM a responsabilidade por uma outra disciplina, denominada *Cultura, poder e relações raciais*. Todas essas ações buscavam amparar a política de cotas raciais, enxergando não apenas o acesso, mas também a permanência de estudantes negras e negros.

Retornando aos processos seletivos, como parte de toda engenharia supramencionada, importa destacar o caráter pedagógico e disciplinar que as bancas de heteroidentificação assumiam, uma vez que as fraudes eram recorrentes. Em geral compostas por três membros, cabia às bancas a tarefa de chegar a relação entre autodeclaração e as características fenotípicas de candidatas e candidatos. O deferimento por parte de dois dos avaliadores garantia a continuação do candidato no certame. Aos indeferidos cabia o direito aos recursos, analisados posteriormente por outras bancas com composições distintas das primeiras.



Desde que foi instaurada a seleção por cotas raciais as estratégias para burlar o processo se tornaram cada vez mais perceptíveis. Alegando serem afrodescendentes vários candidatos procuravam trapacear colocando a política em cheque. Seguramente não é possível negar a afrodescendência de quem quer que seja, tampouco, será ela, ainda que distante, a balizar as decisões tomadas pelas bancas, considerando que no Brasil o racismo tem como referência a marca e não a origem, conforme comentamos anteriormente.

Além disso faz-se necessário compreender algo aparentemente dúbio, mas que pode ser revelador. Toda pessoa negra é afrodescendente, porém, nem toda pessoa afrodescendente será negra. Nessa argumentação, que para leigos, soa um tanto confusa, reside a questão do fenótipo. Emanuel Araújo, Diretor e Curador do Museu AfroBrasil, ao ser perguntado sobre quem é negro neste país, responde: “Quem tratado como negro foi, quem tratado como negro é”. Simples assim. As ações afirmativas, em relação as quais debatemos aqui, são voltadas para pessoas racialmente discriminadas em função do fenótipo negro, o resto é devaneio.

Embora questionadas, as bancas, habitualmente, são constituídas por gestoras/es, pesquisadoras/es e ativistas do campo das relações raciais, com comprovado conhecimento no que tange às ações afirmativas. É possível divergir do entendimento dos avaliadores. Todavia, colocar sob suspeita a competência de seus membros, conforme procederam frequentemente as defesas de candidatos indeferidos, só evidencia a dimensão do racismo.

Se, por um lado, a política não alcançou 100% de eficácia, algo improvável em relação a qualquer política pública, por outro, a margem de erro manteve-se reduzida, porquanto prevaleceu o recurso da entrevista acompanhada do registro audiovisual. O modelo da UnB serviu de referência às outras instituições e passou a ser adotado em vários concursos para provimento de cargos no âmbito do funcionalismo público. A evidência desta universidade lhe rendeu bônus e ônus, não apenas pelo fato de ter sido a primeira Universidade Federal a assumir a política de cotas raciais, mas também por sustentar a justiça de uma ação que reconhecia a existência do racismo estrutural, antes do conceito se tornar conhecido como é hoje.

Apesar da “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF nº186 contra o sistema de cotas para estudantes negros implementado pela UnB, movida pelo Partido Democratas – DEM em 2009, o Supremo Tribunal Federal a considerou



improcedente”, conforme destaca o Professor e Sociólogo Sales Augusto dos Santos. A histórica sessão do STF que, por unanimidade, reconheceu a constitucionalidade das cotas raciais, deveria ter posto fim a uma discussão que, a partir daquele momento, se tornava estéril, considerando o fato de que, em termos legais, a Suprema Corte tem a última palavra.

De 2004 a 2011 a UnB, foi pavimentando o caminho, mesmo com alguns tropeços, mas ciente de que precisaria investir sempre na qualidade da política de acesso da população negra ao ensino superior. A decisão do STF havia fortalecido a UnB.

A ADPF nº186 motivou ainda o surgimento o Nosso Coletivo Negro, em consequência das mobilizações em oposição a ação do DEM. Uma de suas destacadas intervenções foi ter adentrado a referida Ação de Descumprimento como *Amicus Curiae* a favor da ré UnB, uma figura do Direito Brasileiro que permite a participação de órgãos públicos e organizações da sociedade civil em processos judiciais. O grupo produziu um jornal alternativo e contou com as contribuições de Jacira Silva, Artur Antônio dos Santos, Dalila Negreiros, Givânia Maria da Silva, entre outras ativistas locais,

Todavia, em 2012 a aprovação da Lei Federal 12.711/ 12 alteraria substancialmente e de modo complexo, o cenário das ações afirmativas no que se refere aos vestibulares das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Identificamos no mínimo dois problemas graves. Em primeiro lugar consta a questão do atrelamento das cotas raciais (pretos, pardos e indígenas - PPI) às cotas para pessoas egressas da escola pública. O Ministério da Educação voltava a subordinar raça à classe, como se o racismo e sua toxicidade fossem inexistentes nos ambientes das escolas particulares. Felizmente, por recomendação do Prof. José Jorge Carvalho, em reunião do CEPE para tratar da 12.711, estipulou-se ao menos 5% das vagas existentes para candidatas e candidatos negros que não fossem oriundos de escola pública. Em segundo lugar destaca-se a ênfase do texto dada à autodeclaração concomitante ao emudecimento quanto às bancas de heteroidentificação. Silêncio acompanhado por muitas IFES. Tal gesto facilitou sobremaneira a ação de fraudadores, que precisavam apenas se autodeclarar negro/a sem qualquer verificação. Uma crítica aguda reconheceria esse posicionamento da administração pública como uma institucionalização da burla, considerando que nos deparávamos com uma nova categoria: candidatos invisíveis.

Na medida em que a autodeclaração nos vestibulares se torna absoluta, ao passo que a hetero atribuição fica excluída do processo, a política deixa de atingir, de modo



amplo, seu público alvo. Diante de tais circunstâncias, considerando o incomensurável prejuízo ao segmento negro, ao longo de quase uma década, há que se pensar em reparações no processo de implementação das cotas raciais, dado o tamanho do dano. Vale dizer que, a saúde da política é tão necessária quanto as ferramentas a serem utilizadas, a fim de lhe dar sustentação e evitar desvios.

A advertência acerca das fraudes foi feita pelo movimento negro estudantil que ousou denuncia-las publicamente. As acusações de que a política estava sendo sabotada repercutiram pelos *campi* de várias IFES, país afora, e obrigaram as reitorias a assumirem um posicionamento, no intuito de fazer cessar a sangria. O tensionamento, fruto da irresponsabilidade institucional, foi algo lamentável. Estudantes em defesa das cotas raciais e estudantes fraudadores, ou avessos à política enfrentando-se nos espaços intramuros das universidades, enquanto gestores de tais instituições se perdiam nos encaminhamentos.

No caso específico da UnB o efeito das cobranças impeliu a administração a compor comissões para averiguar as denúncias. O encaminhamento ao final dos trabalhos das comissões, endossado pela Reitora Profa. Márcia Abraão, resultou no cancelamento de quinze matrículas e a cassação de dois diplomas. A instituição teve que cortar na própria carne, pagando um preço por manter-se silente durante várias edições dos vestibulares. Tais ações alcançaram apenas a ponta do iceberg. Seguramente a tragédia atingiu proporções inimagináveis.

UTOPIAS POSSÍVEIS

Contudo, notícias alvissareiras chegaram, sinalizando possíveis ajustes na condução das políticas de acesso da população negra e indígena ao ensino superior. O trabalho de docentes negros, tendo o Neab/ CEAM como referência acabou reverberando na UnB. Desde 2012 o projeto intitulado *Pós Afirmativas*, com apoio da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford, possibilitou que um coletivo de docentes desta universidade se lançasse ao desafio de qualificar candidatas e candidatos negros para concorrerem às seleções dos programas de pós-graduação.

Figura 7: Marca Pós Afirmativas



Fonte: Nelson Inocencio, 2012

O reconhecimento por tais ações veio recentemente, no momento em que o Professor e Sociólogo Joaze Bernardino-Costa, principal articulador do projeto, foi convidado a presidir em 2020 a Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas na Pós-Graduação - CAPA. À referida comissão, composta após a aprovação, pelo CEPE, de cotas raciais em todos os PPGs da UnB, coube o ofício de estabelecer critérios que deveriam vigorar nos certames dos departamentos, faculdades e institutos. Cientes dos desafios e armadilhas ao longo do percurso, os membros da equipe não titubearam quanto ao estabelecimento compulsório das bancas de heteroidentificação nos processos seletivos. Tomara que este seja o prenúncio de um retorno da UnB à liderança na implementação das ações afirmativas. Liderança alcançada no limiar do século XXI, mas que não se manteve devido a entendimentos divergentes das sucessivas gestões na Reitoria. Os ventos que sopram em direção aos programas de pós-graduação poderão trazer uma nova brisa e frescor para as graduações, intoxicadas pelos erros de agentes públicos desinteressados no êxito das políticas de cotas raciais.

Ainda restam algumas utopias. A adoção de cotas raciais voltadas aos negros e indígena nos concursos públicos para as carreiras docentes, por exemplo, constituem outra trincheira e que, seguramente, alimenta discussões tensas e intensas, uma vez que afeta o maior dos feudos dentro da estrutura das universidades. As tendências políticas mais avançadas sabem da relevância das práticas que vislumbrem a composição dos corpos docentes com maior concentração de melanina. Esta é a última e sem dúvidas, a mais difícil tarefa, considerando o fato de que a meritocracia, em oposição às ações afirmativas, continua a servir de fio condutor para parcelas expressivas de professores universitários.

Que esta universidade, referência por ter nascido de um projeto inovador e libertário, não se torne a antítese de sua vocação. A este respeito docentes, discentes e técnicos-administrativos da UnB, vinculados ao campo democrático, que compreendem

as dimensões das questões negra e indígena, podem ser o farol, quem sabe a bussola, no imenso desafio institucional de não perder o rumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE, Cristovam, O que é apartação: o apartheid social no Brasil. Coleção Primeiros Passos, - São Paulo: *Brasiliense*, 1993.

CARVALHO, José Jorge. SEGATO, Rita Laura. Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. *Série Antropologia* nº 314, - Brasília: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, UnB, 2002.

INOCÊNCIO, Nelson. Emanuel Araújo: mestre das obras – Rio de Janeiro: Garamond: *Fundação Biblioteca nacional*, 2010.

Lei Federal Nº 9.394/ 1996

Lei Federal Nº 12.711/ 2012

Manifesto em favor da lei de cotas e do estatuto da igualdade racial – São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 04/ 07/ 2006.

NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais. *Biblioteca básica de ciências sociais*, série 1: Estudos Brasileiros; volume 9. – São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

Raça & Classe, órgão de informação e divulgação da Comissão do Negro do PT-DF. Ano 1, nº 2, agosto/ setembro de 1987- Brasília-DF.

SANTOS, Sales Augusto dos. O Sistema de Cotas para Negros da UnB: um balanço da primeira geração. – Jundiaí, *Paco Editorial*, 2015.

Todos têm direitos iguais na República Democrática. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 04/ 07/ 2006.

Recebido em: 01/10/2021

Aprovado em: 20/11/2021